

A Revista *Contabilidade Vista & Revista*, publicação trimestral impressa e eletrônica, do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis – Cepcon/UFG, com o apoio do Departamento de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, disponibiliza todas as suas edições, com acesso gratuito, livre e irrestrito, no endereço eletrônico www.face.ufmg.br/contabilidadevistaerevista, bem como por meio de envio por mala direta aos que se cadastrarem em nossa lista. Trata-se de um Periódico Científico classificado como Nacional “B1”, segundo os critérios do Sistema Qualis determinados pela Comissão da Área de Administração, Contabilidade e Turismo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Nesta última edição de 2012 da Revista *Contabilidade Vista & Revista*, apresentamos seis artigos inéditos, todos voltados à temática de Contabilidade e Gestão Pública. Tomei a decisão de compilar esses artigos nesta edição tendo em vista a relevância percebida nas submissões feitas nesta temática para este periódico, bem como em outros de nossa área. Mais ainda, entendo a necessidade de cada vez mais pensarmos em propor soluções e participar como acadêmicos da vida da “empresa pública”, especialmente os colegas da área contábil. Há de fato oportunidades de pesquisas novas. E estas podem ser um meio de fazer mais pela consolidação do elo Empresa-Universidade em nosso país, ou como prefiro dizer: do cientista social aplicado dentro de seu laboratório!

No primeiro artigo, os autores Paulo Sérgio Almeida dos Santos, Débora Gomes Machado e Jorge Eduardo Scarpin tratam o tema de “gerenciamento de resultados” no setor público. O objetivo foi identificar se os municípios catarinenses gerenciam os seus resultados por meio de outras receitas e despesas correntes para auferir equilíbrio orçamentário. A amostra abrangeu 277 municípios no período de 2005 a 2008 e possibilitou identificar a utilização da conta de outras receitas correntes e outras despesas correntes para gerenciar resultados contábeis com o objetivo de auferir o equilíbrio orçamentário. No segundo artigo, Danielle Cristina Gonzaga Corrêa, Alessandro de Castro Corrêa, Alegria dos Santos Leite e Yeda Raquel da Silva Monteiro avaliam o resultado econômico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, *Campus* Abaetetuba, em 2010. Por meio de um modelo derivado do GECON, o Resultado Econômico do período foi analisado, mesmo considerando-se limitações advindas de ausência de dados, para fins de cálculo do custo de oportunidade e da depreciação, por

exemplo. Demonstrou-se uma contribuição do modelo que poderia servir até mesmo para fins de prestação de contas a órgãos fiscalizadores.

No terceiro artigo, Janilson Antonio da Silva Suzart buscou identificar quais as cláusulas restritivas da Lei de Responsabilidade Fiscal, baseadas em números contábeis, que poderiam estar associada ao nível de endividamento dos governos estaduais, de acordo com o descrito por Watts e Zimmerman (1986) sobre a hipótese do grau de endividamento. Foram analisados dados das 27 Unidades da Federação, no período compreendido entre 2000 a 2009, com interessantes achados relacionados ao nível de endividamento dos entes federativos. No quarto artigo, Vicente Lima Crisóstomo, Fátima de Souza Freire e Patrícia Matias Soares estudaram a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) nos bancos brasileiros comparativamente a empresas de outros setores. O período do estudo foi de 1996 a 2008, com foco nas ações sociais das empresas brasileiras analisadas (financeiras e não-financeiras) por meio de modelos regressivos lineares que possibilitaram concluir que o fato de a empresa ser financeira afeta positivamente a intensidade de RSC, especialmente a interna, mas no que tange às ações ambientais, as não-financeiras são superiores àquelas.

No quinto artigo, Luiz Henrique Müller, Ricardo Lopes Cardoso, Rodrigo José Guerra Leone e Enrique Jerônimo Saravia propuseram um modelo regulatório alternativo à determinação das tarifas de pedágios rodoviários, de maneira a se manter o equilíbrio econômico dos contratos, mas evitando-se a ocorrência (permanência) de ganhos anormais pelas concessionárias. Com a inserção do custo de capital para fins de composição tarifária e a utilização do modelo da TIR Modificada, e não o modelo da TIR normal, as distorções poderiam ser evitadas nas concessões, segundo os autores. No último artigo, Frederico A. de Carvalho, Marcelino José Jorge, José Alexandre Magrini Pigatto e Francisco José dos Santos Alves analisam fatores que influenciam o nível de *disclosure* orçamentário de países. Como resultado foi obtido que as variáveis “Abertura ao exterior”, “Forças de mercado” e “Ambiente regulatório” impactam significativamente a abertura orçamentária dos países constantes da amostra.

Este volume da RCVR é dedicado *in memoriam* ao Prof. Dr. José Francisco Ribeiro Filho, “o grande Chico”, e ao Prof. Dr. Lino Martins da Silva.

Desejo a todos uma boa leitura!

Poueri do Carmo Mário
Editor Científico
